

# O operário emigrante português na sociedade industrial capitalista<sup>1</sup>

## I

### OBJECTO DO ESTUDO

Durante muito tempo, o estabelecimento industrial foi considerado exclusivamente um lugar onde se fabricavam mercadorias segundo certos processos técnicos. Só muito vagamente se prestava atenção às relações sociais no seio do mesmo. Só depois de se ter verificado que numerosas tensões sociais tinham a sua origem em condições endógenas ao estabelecimento industrial se começaram as ciências sociais a interessar por este tipo de problemas.

Várias foram as medidas adoptadas com vista a melhorar as chamadas «relações humanas» nas empresas; porém, e contrariamente ao que possam pensar alguns sociólogos «optimistas», estas medidas não conseguem criar as condições duma verdadeira satisfação no trabalho.

Com efeito, a aplicação dessas medidas estacou de encontro aos imperativos do sistema económico capitalista, não podendo a satisfação no trabalho ser reduzida a uma função do tipo de chefia, ou da dinâmica do grupo de trabalho, ou das condições de trabalho, ou mesmo do montante do salário, pois que deverá ser interpretada como o resultado do encontro entre as expectativas dos trabalhadores e as circunstâncias das suas situações de trabalho (VII).

Segundo Morse, a satisfação depende do desnível existente entre o que se deseja e o que se recebe. É assim que toda a elevação do nível de expectativas (perante o que se recebe) ou toda a diminuição da retribuição (perante o que se espera) reforçam a insatisfação dos indivíduos.

No que diz respeito aos operários emigrantes portugueses, provenientes, na maior parte, de zonas rurais<sup>2</sup>, onde a actividade é quase exclusivamente

---

<sup>1</sup> Este estudo foi possível graças a uma bolsa de investigação do Comité dos Desafios da Sociedade Moderna, com o apoio da Fundação Minna-James Heineman. Recebeu preciosa ajuda da Equipa de Investigação Sociológica sobre a Mão-de-Obra Imigrada do C. N. R. S. de Paris e, em especial, do seu director, Dominique Lahalle. O autor deseja deixar expresso o seu reconhecimento a todas as entidades e pessoas que o apoiaram ou ajudaram, entre as quais se permite destacar os operários portugueses que entrevistou, o Sr. Engenheiro Aquiles de Oliveira e o Sr. Artur Monteiro e o Prof. Sedas Nunes, que o aconselhou em várias fases do seu trabalho. O inquérito em que este estudo se baseia foi realizado entre 16 de Fevereiro e 6 de Junho de 1973.

<sup>2</sup> Na nossa amostra, 86 % provêm de zonas rurais.

agrícola, a satisfação no trabalho é condicionada pela instalação simultânea em zonas urbanas e estrangeiras.

O meio tecnológico-industrial implica uma nova percepção do tempo, um novo ritmo de trabalho, assim como um ambiente altamente competitivo e sistemas de chefia mais formalizados, mais rígidos. O meio tecnológico-agrícola caracteriza-se pela repetição e pela dependência dos fenómenos naturais, bem como por ritmos e formas de organização de trabalho menos formalizados que na indústria.

Esta mudança tecnológica está estreitamente associada a uma mudança na concepção da economia. A economia rural tradicional é ainda em grande parte orientada para a subsistência, situação distinta da indústria, a qual procura a maximização do lucro, o que se traduz, no domínio tecnológico, por uma preocupação de produtividade, isto é, por um permanente exercício de pressões sobre a produtividade individual, o que se consegue através da competição e da discussão dos salários. O emprego na indústria implica para o trabalhador uma economia essencialmente monetária e reúne as condições necessárias para o estabelecimento da economia individual de consumo.

As transformações da vida tecnológica e da vida económica são inseparáveis do conjunto constituído pelo meio cultural, com as suas características familiares, ecológicas, ideológicas e étnicas (IX).

Os trabalhadores imigrantes que entrevistámos foram introduzidos num meio novo. Passaram do campo para uma aglomeração duplamente diferente, urbana e estrangeira. À primeira vista, a natureza social da «transferência» não constitui por si só objecto duma única disciplina social, o que não impede que, quando se avança no estudo concreto dos fenómenos, surjam divergências entre psicólogos e sociólogos. Isto implica a necessidade de referência a um sistema conceptual comum, necessidade que se impõe com tanta mais urgência quanto mais se devam analisar fenómenos, particularmente num campo em que devam ser orientadas acções práticas. O recurso a um esquema psicossociológico torna-se assim indispensável.

Todo o aspecto do comportamento individual de mobilidade deve ser ligado ao comportamento do grupo a que pertence o indivíduo. A transferência pode, por exemplo, interessar o indivíduo isolado; mas esta mudança individual verifica-se para o seio dum novo grupo e deixando sempre atrás de si outro grupo. Para Lewin (VII), a maior parte dos comportamentos podem ser encarados como uma deslocação no espaço, como uma mudança de posição. O indivíduo conhece, regra geral, a sua posição, isto é, sabe onde pertence e onde não pertence. Sabe determinar o seu comportamento em função duma referência e do que ela implica — mesmo quando se trata de pertença simultânea a vários grupos, o que é, de resto, o mais frequente. O conhecimento que ele tem da sua posição permite-lhe acomodar o seu comportamento de modo a estar em equilíbrio com o meio em que se encontra.

Mas este equilíbrio não existe sempre, podendo-se produzir situações de conflito, mesmo no caso em que o indivíduo conheça bem a sua posição, o que pode suceder, por exemplo, se pertence a vários grupos que para ele têm importância equivalente, os quais lhe exigem que exerça simultaneamente papéis diferentes. Uma situação conflituosa pode produzir-se igualmente quando o indivíduo se desloca de um grupo para outro, o que é precisamente o caso do emigrante. Com a mudança de situação, o indivíduo deixa de estar senhor da sua posição. Neste caso, não é a pertença a vários

grupos distintos que está na origem do conflito, mas a falta ou a perda deste sentimento de pertença, ou, por outras palavras, a sua passagem dum grupo em relação ao qual exista este sentimento de pertença para outro onde tal não se verifique.

Com efeito, ao mudar de «espaço vital», o indivíduo muda, ao mesmo tempo, de grupo ou grupos. Deixa a sua antiga posição e os comportamentos familiares que a acompanhavam e entra num novo grupo ou grupos, à procura duma nova posição. Decerto, ser membro dum grupo não significa necessariamente estar de acordo em todos os pontos com o grupo. O indivíduo tem os seus objectivos pessoais, que podem estar em desacordo com alguns ou com a maior parte dos objectivos do grupo.

Por consequência, a adaptação *latu sensu* do indivíduo dependerá da sua capacidade para evitar o conflito entre os seus objectivos e os do novo grupo (VIII). Com vista a este fim, o indivíduo tem necessidade dum certo «espaço de livre movimento», no qual lhe seja possível realizar os seus objectivos pessoais. Se este espaço é muito restrito, é porque o indivíduo está mal integrado no grupo e «terá tendência a fugir-lhe ou a destruí-lo» (VIII). A deslocação no «espaço vital» e a perda do *ground*, que é uma das suas consequências possíveis, levam-nos a introduzir aqui o conceito de «grupo de referência». Segundo Sherif, «os grupos de referência são aqueles a que um indivíduo se refere por lhes pertencer, ou então, em contrapartida, aqueles a que aspira poder referir-se, pertencer ou ligar-se psicologicamente».

A deslocação, tal como a concebe Lewin, pode ser vista como uma mudança do *status* objectivo, enquanto o *status* subjectivo pode permanecer intacto, isto é, «se o *status* objectivo de um indivíduo muda, o seu comportamento deverá igualmente mudar, de acordo com o seu novo *status*; se isso se não verifica, é porque, em parte, o *status* subjectivo não mudou». Este *status* subjectivo é caracterizado pela escolha selectiva dos quadros de referência; o mesmo é dizer que, embora mantendo o mesmo *status* subjectivo, o indivíduo continua a referir-se a um grupo que não corresponde já à posição objectivamente ocupada por ele.

A emigração constitui um exemplo desta «passagem» de um certo número de grupos para outros, o que, consoante as circunstâncias, dará lugar a situações inteiramente novas.

Se nos debruçarmos sobre algumas características do meio industrial, verifica-se que as divergências de interesses, de preocupações e de aspirações que existem entre empregadores e trabalhadores aumentaram no decurso desta última década, em consequência da multiplicação de empresas gigantes, da centralização das funções de direcção, da codificação rígida das relações entre empregadores e empregados. Querer «integrar» o trabalhador na desmedida empresa é, pois, mais do que nunca, um absurdo no actual estado de coisas (XV). J. Robke, por exemplo, considera que o trabalhador nunca se identificará com estes enormes complexos que o esmagam. Daí muitas das causas para as sensações de inadaptação e de frustração, tão frequentes nos trabalhadores da sociedade industrial capitalista.

Podem-se verificar três tipos de reacção, consoante as espécies de personalidade: a evasão pelo absentismo (ou a recusa pura e simples a trabalhar), a resignação e a resistência (XV).

A resignação não é, a maior parte das vezes, senão uma espécie de «atitude imobilista», resultante mais de um profundo sentimento de *echec* e de fatalidade histórica do que duma «adaptação», mais ou menos satisfa-

tória, às normas sociais impostas. Em contrapartida, a resistência constitui um meio de defender a sua identidade, ao tentar modificar essas normas sociais nas quais o indivíduo se não integra.

Quando se estuda a situação dos operários emigrantes, é necessário tomar em consideração as relações existentes entre estes e os grupos que os acolhem (seu ajustamento às normas destes grupos, reacções de rejeição ou de integração nesses grupos), bem como entre o indivíduo e os seus grupos de referência. Tal como, por exemplo, os conflitos de gerações entre emigrantes e entre o seu grupo e os grupos de acolhimento (integração, conflito). Também é necessário considerar a «resposta» interna do indivíduo às novas situações: nevroses do emigrante, frustrações ou condutas de promoção, equilíbrio eufórico, depressão tímica, etc.

A referência a um tal esquema de relações ou de interacções permite precisar o que se pode entender por adaptação, na acepção mais geral do termo e que abrange dois processos: o ajustamento social e a adaptação psicossocial (IX).

O ajustamento social e psicossociológico do indivíduo às normas dos grupos implicados na mudança é todo um processo de pôr de acordo o comportamento do indivíduo que se desloca com as normas implícitas ou explícitas dos grupos a que dizem respeito: grupos de acolhimento (empregador, vizinhança<sup>3</sup>, etc.) e o grupo móvel e de referência ao qual pertence o indivíduo (grupo emigrante). A este processo de acordo — ou de adequação — achou-se conveniente reservar o termo de *ajustamento*.

Esta adequação, ou não adequação, às exigências dos grupos perante os quais se encontra o indivíduo emigrante reveste-se de traços múltiplos, consoante os domínios afectados pela transferência.

Para os empregadores, por exemplo, o ajustamento corresponde às normas da produtividade, isto é, à estabilidade profissional, ao alto rendimento individual, ao comportamento de segurança, à ausência de acidentes, às relações desprovidas de conflitos com a autoridade, etc. Por seu turno, o não ajustamento social pode-se exprimir através da reforma com regresso prematuro ou não previsto ao país de origem<sup>4</sup>. Pode também traduzir-se numa instabilidade expressa por uma procura anárquica de novos postos de trabalho, ou de novos lugares de emigração, ou então por uma actividade e uma participação mínimas. No decurso da nossa pesquisa encontrámos alguns casos que ilustram bem esta situação.

Os jovens emigrantes, por exemplo, podem ter um comportamento que respeita o que lhes é exigido pelo novo meio e que, simultaneamente, entra em conflito com a geração de seus pais, a qual depende de normas diferentes das do novo meio. Em contrapartida, os indivíduos mais velhos permanecem bem integrados no grupo emigrante e estão mal ajustados ao novo meio.

No nosso estudo detectámos o antagonismo existente entre a situação dos trabalhadores que se integravam numa economia voltada para a poupança, com vista a prepararem o seu regresso a Portugal, e a de outros trabalhadores (os jovens, que eram apelidados de *vadios* pelos primeiros) que

---

<sup>3</sup> Na Alemanha, um operário contou-nos que ele próprio acabou por se incomodar com o cheiro do bacalhau cozido de acordo com a receita típica portuguesa depois de se ter apercebido de que este odor incomodava os seus vizinhos alemães. A partir dum certo momento passou a não apreciar o bacalhau fresco.

<sup>4</sup> O número elevado de viagens a Portugal, como veremos no cap. IX, não será um indicador deste não ajustamento?

adoptavam um comportamento de consumo, mais conforme às normas do país em que se encontravam.

Tentámos definir e ilustrar a noção psicossociológica de ajustamento, processo e resultado da adequação de um indivíduo ou de um grupo às normas, exigência e expectativas dos diferentes grupos a que dizem respeito devido a uma situação de mudança. Esta relação materializa-se em todas as situações novas provocadas pela transferência e, particularmente, na interacção entre os indivíduos «móveis» e os grupos que os recebem ou os acompanham. A adaptação psicológica e social do indivíduo ou do grupo é a reacção interna do indivíduo, ou do «grupo móvel», à nova situação.

Na verdade, se é necessário analisar uma adaptação psicossocial em termos psicológicos ao nível individual, igualmente se impõe analisar a adaptação psicossocial ao nível do «grupo móvel», no seu conjunto. Se, por exemplo, é possível observar os problemas individuais psicossomáticos e psicológicos na situação de mudança, podem-se igualmente detectar perturbações ligadas ao próprio grupo, tais como os acessos de autodestruição, com rejeição radical de todas as formas de transformação, como a coabitação, a assimilação criadora, etc.<sup>5</sup>. O recrudescimento da delinquência<sup>6</sup> e as condutas colectivas de pânico em períodos de crise, tal como a fuga de França, em 1968, de milhares de operários portugueses que tinham uma guerra civil, são disso um exemplo. Em resumo, podem alguns indivíduos estar psicologicamente adaptados à nova situação social, enquanto o grupo como tal se encontra desadaptado.

A adaptação psicossocial ao nível do indivíduo será analisada em termos de relações internas, e em particular de relações de equilíbrio; assim, um indivíduo «móvel» pode encontrar-se aparentemente ajustado a situações novas e satisfazer as exigências do grupo de que depende — produtividade elevada, estabilidade no emprego, boas relações de trabalho e vizinhança, etc. — sem estar adaptado interiormente a esta nova situação. Uma análise profunda do seu comportamento poderá revelar uma decepção, uma frustração, relativas ao *echec* de um projecto de promoção social, bem como o sentimento de ser rejeitado pelo meio que o rodeia, ou ainda o sentimento de que as suas reais capacidades são ignoradas.

Por outro lado, um operário emigrante que não rejeita a sua cultura de origem poderá encontrar uma situação de estabilidade interior ao adoptar um papel reivindicativo, ao defender a integridade das suas tradições à cabeça de um grupo emigrante, o que se contrapõe à inserção na nova comunidade social. A sua adaptação pode-se traduzir por uma satisfação interior, por uma ausência de «crise» ou de esgotamento e mesmo por um bom rendimento no exercício das suas faculdades, sendo no «grupo móvel» um chefe exigente e no grupo de acolhimento um rebelde. Por outras palavras, está bem adaptado (ou compensado...) psicologicamente à mudança, mas não o está socialmente.

A adaptação psicossocial individual será analisada em termos de conflito interno, de crise ou de equilíbrio. No processo de adaptação psicos-

---

<sup>5</sup> A resistência aos casamentos mistos que encontramos no decurso da nossa estadia é, na nossa opinião, disso um exemplo (cf. VIII, 4).

<sup>6</sup> O nosso estudo não incidiu sobre este ponto, mas, durante a nossa estadia em Paris, por diversas ocasiões nos foi assinalada a existência de vários grupos de jovens delinquentes portugueses.

social, um dos aspectos mais importantes da identificação do indivíduo em situação de mudança é a imagem de si próprio.

Para alguns autores, a imagem de si próprio é uma estruturação dos atributos de identidade, ordenados segundo a sua importância relativa para o indivíduo num dado momento. Por consequência, uma alteração das interacções deverá originar mudanças na imagem de si próprio (III). Na análise do processo de inserção social do emigrante é preciso tomar em linha de conta, como já mencionámos, a importância do factor tempo, devendo também destacar-se os processos dinâmicos «longitudinais» de ordem psicossociológica sofridos pelo emigrante, que vai atravessar várias crises de identidade com sucessivas reformulações da sua personalidade ao longo do período de inserção.

A deslocação geocultural — mobilidade social «horizontal» —, assim como as mudanças estruturais da personalidade no decurso da estadia — processos dinâmicos «longitudinais» —, constituem o essencial dos fenómenos psicossociais migratórios. Além disso, como qualquer outro grupo social, os emigrantes vão acusar os efeitos duma mudança vertical, para cima ou para baixo na escala social, tanto no que diz respeito à sua situação de classe, como ao poder económico, à instrução, ao *habitat*, ao estatuto familiar, etc.

Qualquer que seja a natureza dos estudos psicossociológicos relativos à «mudança», a imbricação de todos estes factores torna mais difícil a apreciação do impacte de cada um de per si. Pode-se dizer que, dados os modelos psicossociais dos emigrantes, o papel das componentes «horizontais» tem mais importância do que o dos factores «verticais» durante os primeiros anos de estadia. Em contrapartida, com o prolongamento desta, são as componentes «verticais», que correspondem à anomia de Durkheim, que vão ter maior importância. É por isto que, se pretendermos apreciar os efeitos psicossociais que resultam da deslocação geocultural, estes estudos deverão realizar-se durante alguns anos, isto é, os que se seguem à chegada ao estrangeiro. Em resumo, se se pretende analisar os efeitos duma longa estadia, é fundamental ter em consideração as repercussões das variáveis «verticais».

Vemos, pois, quanto se torna melindroso definir o conceito de adaptação. Não obstante, inclinamo-nos para dividir de maneira empírica o processo de inserção social do emigrante em três etapas: a acomodação, a integração e a assimilação.

Além do mais, convém distinguir as diferentes modalidades de adaptação em função do género de inserção na vida profissional, no qual distinguimos três grandes tipos: a «acostumação passiva», a «identificação operária» e a «participação reservada», antecipadora da mobilidade ulterior.

A «acostumação passiva» consiste numa aceitação, *tout court*, das condições do trabalho industrial; mas esta aceitação duma mudança tecnológica não implica uma participação activa na vida industrial e traduz uma ausência de desejo de promoção pessoal ou de promoção do grupo. Verifica-se uma instalação passiva na nova situação, sem projecto dinâmico individual e sem participação nas aspirações e actividades sindicais.

A «identificação operária» é uma forma de assimilação pela qual o operário recente integra as maneiras de ser vigentes no meio industrial. Uma tal identificação supõe uma boa plasticidade pessoal, assim como condições de vida quotidiana favoráveis. Pode-se esperar encontrar este

modelo de adaptação nos jovens operários. O encontro de um projecto de mobilidade profissional vertical com possibilidades de promoção no interior da empresa surge-nos como uma condição de adaptação externa e interna à mudança. Numa primeira fase realiza-se a procura do ajustamento ao meio técnico; os comportamentos económicos são os tradicionais de subsistência. Depois, um segundo período, de estabilização, é caracterizado por um novo sistema de rendimentos, verificando-se uma maior segurança com a passagem da poupança à utilização do crédito.

A «participação reservada» antecipa um processo de mobilidade posterior, um desejo de melhoramento e, em particular, de promoção profissional ou social. Este grau de «adaptação» é caracterizado ao mesmo tempo por uma aceitação fácil, vista como provisória, assim como por um optimismo sobre as oportunidades de mobilidade vertical, e confunde-se com o anterior pelas suas características de passividade; não é, porém, o resultado da habituação e da ausência de aspirações; testemunha, pelo contrário, uma orientação para o exterior e para o futuro; todavia, e no emigrante esta observação é clássica, não se verifica, em regra, uma melhor formação profissional, a não ser nos descendentes da terceira geração. Se é verdade que, na maioria dos casos da amostra estudada, os emigrantes portugueses tiveram acesso a uma situação relativamente equilibrada na sociedade estrangeira, devido a um enorme esforço de adaptação a que não será estranha a sua «disponibilidade», tão peculiar e tão cara ao patronato estrangeiro, fruto da sua cultura «fatalista», base duma grande tenacidade, se também é verdade que o desenvolvimento destes esforços fez amadurecer um certo êxito mais depressa do que se teria podido esperar, com que custo psicológico, com que grau de usura da personalidade do emigrante se realizou este processo?

Pensamos, como Roger Bastide, que à medida que a assimilação prossegue, as probabilidades de mobilidade diminuem. Bastide indica que, no decurso das suas investigações, Hinckle e Wolff incidiram a sua atenção sobre três gerações e puderam observar que, na terceira geração, os emigrantes passam de zonas suburbanas para zonas residenciais ou para zonas habitadas pela classe média. Em segundo lugar verificaram a existência de uma progressão nos estudos (passagem de estudos primários para estudos superiores). Constataram, ainda, um acesso aos postos de operários altamente qualificados. Acrescenta Bastide que, neste estágio, a integração na nova sociedade está consumada (II).

Depois desta breve abordagem teórica, relativa ao objecto do nosso trabalho, passamos à apresentação do estudo que efectuámos.

## II

### O TRABALHO REALIZADO

#### 1. Apresentação

Este estudo refere-se à mão-de-obra portuguesa na construção civil-obras públicas e na metalomecânica. As dificuldades duma pesquisa deste tipo são grandes.

Como acabámos de ver, a dinâmica evolutiva dos processos «longitudinais» de ordem psicossociocultural que são vividos pelo emigrante não se

deixa captar por simples perfis psicossociais tomados ao acaso num dado momento, e no nosso caso não tivemos senão alguns meses para levar a cabo o nosso trabalho de investigação...

Por outro lado, é difícil estabelecer uma tipologia, desde logo porque esta diferirá muito consoante a região de origem dos emigrantes. As próprias razões da partida para o estrangeiro — que não deixarão de influenciar o comportamento dos emigrantes — são muito variadas. Costuma-se simplificar dizendo que os emigrantes partem dos seus países exclusivamente por razões económicas e, embora isto tenha muito de verdade, não deixa de ser esquemático. A realidade é mais complexa e matizada. Existem, por exemplo, grandes diferenças entre o ferreiro da região de Santarém, verdadeiro emigrante por razões de sobrevivência, o mecânico de Lisboa, que parte com a intenção de economizar algum dinheiro a fim de mais tarde trabalhar por sua conta, os jovens que saem do País para tentar a fortuna, ou por «espírito de aventura», ou, até há pouco, por causa do serviço militar<sup>7</sup>, os trabalhadores que tiveram de deixar Portugal por haverem participado em greves ou em actividades políticas e que foram por isso perseguidos e aqueles para os quais se punham problemas familiares muito específicos, tais como o jovem marido que pretendia ganhar dinheiro para restaurar ou comprar a sua casa em Portugal, ou aquele casal de meia-idade que foi para França a fim de melhor poder tratar a sua filha, que tinha uma grave doença congénita e cuja última esperança residia na «eficiência da assistência social francesa...». Esta diversidade de casos torna, por vezes, muito difíceis as análises comparativas e a construção de modelos.

Se se pretende tirar conclusões gerais, levantam-se outras dificuldades, tais como o elevado número de emigrantes e as situações diversas em que se encontram em França (sobretudo na região parisiense) e na República Federal da Alemanha. Com efeito, as condições de vida e a sua situação global mudam em função do trabalho, do alojamento, da presença familiar, da idade, etc.

Atendendo à finalidade e às limitações deste estudo, tentaremos destacar apenas algumas variáveis que, supomos, nos irão ajudar a compreender melhor o comportamento dos emigrantes.

Os resultados obtidos servem de base à nossa análise. A sondagem por nós efectuada mostra-nos uma estreita interdependência entre as causas e os objectivos da emigração, os projectos dos emigrantes, as suas condições de trabalho e de vida, as suas condutas de isolamento, de participação e de esforço de integração nas sociedades em que se encontram, assim como o grau de satisfação por eles sentido perante o trabalho industrial.

## 2. Problemas metodológicos

Dado o objecto do nosso estudo e o tempo limitado que nos foi concedido para o fazer, pareceu-nos que o método mais correcto era o de aplicar um questionário que favorecesse respostas estandardizadas — fechadas e abertas —, instrumento que decidimos aplicar por meio de entrevistas directas.

---

<sup>7</sup> A maior parte dos que nós entrevistámos consideravam o serviço militar como um período desastroso do ponto de vista económico.

Não nos faltou quem nos alertasse sobre as dificuldades que se levantariam, dada a natural resistência que nos poderia ser oposta pelos operários e pelas instituições de que dependiam os emigrantes — por exemplo, os «lares»; mas, não tendo outra possibilidade de escolha válida, dados os meios limitados de que dispúnhamos, decidimos aceitar este risco. Verificámos que este método era possível e que, à parte alguns casos de recusa <sup>8</sup>, a maioria dos operários contactados deram a sua colaboração depois de lhes termos explicado os objectivos do nosso estudo.

Os únicos momentos em que podíamos contactar com os operários eram a sexta-feira à noite — porque normalmente não trabalhavam no sábado de manhã — e o sábado à tarde — porque aproveitavam a manhã para fazer as suas compras ou tratar de outros assuntos pessoais; ao domingo, salvo algumas excepções, era muito difícil contactá-los, porque o aproveitavam, regra geral, para passear, se o tempo o permitia, ou, se o tempo estivesse mau, ficavam em casa entretidos a ver televisão ou a jogar às cartas, o que tornava muito difícil, se não mesmo impossível, a entrevista, pois, e com razão, não estavam dispostos a «aturar-nos».

O questionário compôs-se de 102 perguntas, distribuídas por seis capítulos. O primeiro dizia respeito a elementos de identidade <sup>9</sup>, o segundo à actividade profissional exercida em Portugal antes da emigração, o terceiro visava conhecer as motivações da partida, o quarto os primeiros tempos passados no estrangeiro, o quinto a situação actual <sup>10</sup>, o trabalho e fora deste, no estrangeiro, e, finalmente, o sexto os projectos de futuro.

O questionário, que se revelou bastante completo, mostrou ao mesmo tempo ser demasiado longo e cansativo, obrigando-nos a fazer entrevistas muito prolongadas, cuja duração variava entre meia hora e uma hora — ou mesmo mais. Este facto não nos permitiu inquirir, de cada vez, senão um número muito restrito de pessoas, o que, somado às limitações anteriormente indicadas, bem como às grandes distâncias que tivemos de vencer <sup>11</sup>, contribuiu para o atraso de dois meses no nosso trabalho em relação ao prazo que havíamos previsto. Em contrapartida, tivemos a possibilidade de recuperar muito do tempo perdido, graças ao tratamento dos dados pela informática <sup>12</sup>.

Do mês de Outubro até ao fim de Novembro de 1972 procedemos ao estudo teórico e construímos um questionário que testámos, durante o mês de Dezembro de 1972, na área da comuna de Bobigny, nos arredores de Paris. Durante o mês de Janeiro e a primeira metade de Fevereiro debruçámo-nos sobre a análise dos resultados do pré-inquérito, a partir do qual foi elaborado o questionário definitivo. *O inquérito em si efectuou-se entre 16 de Fevereiro e 6 de Junho de 1973.*

Paralelamente a estas *démarches*, mantivemos numerosos contactos com pessoas e instituições relacionadas com os problemas da emigração em geral e da portuguesa em particular.

---

<sup>8</sup> Contudo, nunca se nos deparou um clima de hostilidade.

<sup>9</sup> Que não incluía o nome.

<sup>10</sup> Na altura do inquérito.

<sup>11</sup> Com o recurso duma *VeloSolex*.

<sup>12</sup> Trabalho que foi concebido e dirigido pelo engenheiro Aquiles de Oliveira.

### 3. A amostra e o terreno

O nosso inquérito não pode ser considerado como uma sondagem clássica sobre uma amostra representativa que permita uma medida rigorosa da distribuição dos comportamentos ou das atitudes da população estudada.

Não existem, com efeito, estatísticas suficientemente pormenorizadas e exactas da numerosa colónia portuguesa em França e na Alemanha para que se possa estabelecer uma tal amostra. Por outro lado, os emigrantes portugueses são caracterizados por uma grande mobilidade, quer por razões profissionais — por exemplo, deslocações de obra para obra —, quer por razões de alojamento — procura de um alojamento mais barato ou de melhor qualidade. É talvez por esta razão que não existem listas de endereços, o que exclui *a priori* o método probabilístico de amostragem (XI).

Além disso, torna-se evidente que os inquéritos quantitativos, tais como são praticados correntemente, se prestam mal a um estudo em profundidade, de carácter qualitativo, destinado a explicar os mecanismos, e não a avaliar frequências.

Consequentemente, pareceu-nos preferível renunciar aos processos de amostragem clássica, porque eles não teriam sido senão falsamente representativos e teriam introduzido um grande número de variáveis inúteis no caso dum grupo pequeno, como era o nosso, o que nos levou a optar pela escolha de uma «amostra sistemática» estruturada em alguns subgrupos definidos em função das necessidades específicas do estudo. Para obter uma amostra representativa, determinada ao acaso com os meios de que dispúnhamos, ter-nos-ia sido necessário efectuar o inquérito em meios mais restritos — uma ou duas empresas, por exemplo —, mas isso tornava-se difícil de fazer, dada a resistência e a desconfiança dos directores ou responsáveis pelas fábricas ou pelas obras de construção civil. De qualquer modo, não era nosso propósito proceder a um estudo com tais características, visto que o que pretendíamos era captar uma diversidade de situações. Por outro lado, a utilização em extensão do processo de quadrícula geográfica de uma zona teria exigido meios para nós incomportáveis.

Porém, a insuficiência da informação estatística e os meios materiais não foram as únicas razões que nos levaram a utilizar uma amostra não representativa. Com efeito, a utilização deste processo justificou-se na medida em que o nosso estudo exploratório se propôs analisar os *mecanismos duma situação de adaptação «latu sensu»*, e não uma distribuição estatística global de comportamentos e atitudes.

A amostra é composta por 114 indivíduos do sexo masculino, todos operários da construção civil e obras públicas e da indústria metalomecânica, 99 da região parisiense e 15 da República Federal Alemã (R. F. A.), pertencentes a diversas categorias definidas por certo número de variáveis experimentais, tais como a idade, o estado civil, o meio de origem, o nível de escolaridade e a duração da estadia no estrangeiro<sup>13</sup>.

Estes indivíduos foram contactados de maneira puramente empírica por intermédio de doze «canais» na região parisiense e de três «canais»

---

<sup>13</sup> A amostra distingue duas categorias assentes sobre a duração da estadia no estrangeiro: menos de dois anos de estadia e dois anos de estadia ou mais. Escolhemos esta dicotomia a partir da conclusão de Descloitres, que calcula a duração da primeira fase de adaptação da ordem de um a dois anos (IV).

na R. F. A. As diferenças existentes entre estes «canais» permitiram-nos estabelecer relações de confiança com a maior parte deles. Alguns foram utilizados quatro e cinco vezes no máximo, a fim de que se pudesse assegurar uma diversificação suficiente do grupo entrevistado.

Damos seguidamente a lista completa dos «canais» utilizados:

*Em França:*

- 1) Lar da CIMADE em Sucy-en-Brie.
- 2) Logement et Promotion Sociale em Saint-Denis.
- 3) Missão Católica Portuguesa em Paris.
- 4) Lar em Champigny.
- 5) Liens Franco-Portugais Javel, em Paris.
- 6) Hospital Psiquiátrico de Villejuif.
- 7) A. P. A. S. (Association Parisienne d'Assistance Sociale), em Paris.
- 8) Consulado português em Paris.
- 9) Casa dos Operários Emigrantes Portugueses em Bobigny e em Paris.
- 10) C. G. T. em Bobigny.
- 11) Presença Portuguesa, em Paris.
- 12) S. S. A. E. (Serviço Social de Ajuda aos Emigrantes) em Paris.

*Na República Federal da Alemanha:*

- 1) Escola Sindical Heidehof do Industriefewerkschaft Metall, em Dortmund.
- 2) Fábrica de máquinas de escrever *Adler*, em Francoforte.
- 3) Missão Católica Portuguesa em Mainz.

#### 4. Identificação dos emigrantes entrevistados

Consideremos em primeiro lugar a composição da amostra por idades:

[QUADRO N.º 1]

| Idades                    | Número | Percentagem |
|---------------------------|--------|-------------|
| Menos de 25 anos ... ..   | 18     | 15,7        |
| Entre 25 e 34 anos ... .. | 42     | 36,9        |
| Entre 35 e 44 anos ... .. | 36     | 31,6        |
| 45 anos e mais ... ..     | 18(a)  | 15,8        |
| Total ... ..              | 114    | 100,0       |

(a) Dos quais 12, ou seja 12 %, têm 50 anos ou mais.

A maior parte da amostra (68,5 %) é, portanto, constituída por homens jovens (entre 25 e 44 anos). Um outro grupo (15,7 %) é constituído por jovens (menos de 25 anos) na maior parte solteiros; a quase totalidade destes chegaram ao estrangeiro quando muito novos e com a sua família.

O último grupo (15,8 %) é composto por homens relativamente idosos, com mais de 45 anos.

Vejamos, seguidamente, a distribuição segundo o estado civil e o meio social de origem:

[QUADRO N.º 2]

| Estado civil     | Número | Percentagem |
|------------------|--------|-------------|
| Solteiros ... .. | 25     | 21,9        |
| Casados ... ..   | 89 (a) | 78,1        |
| Total ... ..     | 114    | 100,0       |

|                                                       |                    |
|-------------------------------------------------------|--------------------|
| (a) Com mulher portuguesa em Portugal ... ..          | 36, ou seja 31,6 % |
| Com mulher portuguesa em França ou na R. F. A. ... .. | 52, ou seja 45,6 % |
| Com mulher francesa em França ... ..                  | 1, ou seja 0,9 %   |
|                                                       | 89 78,1            |

Cerca de metade da amostra (45,6 %) é composta por homens casados acompanhados das suas mulheres.

É interessante notar que em 89 homens casados só um o era com uma estrangeira. Cf. IX.

[QUADRO N.º 3]

| Meio de origem             | Número | Percentagem |
|----------------------------|--------|-------------|
| Aldeia (meio rural) ... .. | 85     | 74,6        |
| Vila ... ..                | 13     | 11,4        |
| Cidade ... ..              | 16     | 14,0        |
| Total ... ..               | 114    | 100,0       |

Como já havíamos assinalado, a grande maioria da amostra (86 %) é proveniente de zonas pouco desenvolvidas. Somente 14 % provém de zonas urbanas mais ou menos industrializadas.

Por fim, assinalemos a repartição dos entrevistados, de acordo com os respectivos níveis de instrução e a duração da sua estadia no estrangeiro:

[QUADRO N.º 4]

| Nível de instrução                                                           | Número | Percentagem |
|------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------|
| Analfabetos ... ..                                                           | 11     | 9,6         |
| Sabendo ler e escrever (sem ter frequentado a escola) ... ..                 | 12     | 10,5        |
| Frequentaram a escola (sem ter obtido o diploma de estudos primários) ... .. | 19     | 16,7        |
| Com o diploma de estudos primários                                           | 54     | 47,4        |
| Com uma instrução superior aos estudos primários ... ..                      | 18     | 15,8        |
| Total ... ..                                                                 | 114    | 100,0       |

Vê-se pois que, salvo 9,6 % de analfabetos, a amostra é constituída por indivíduos que têm o mínimo de instrução ou mesmo certo nível de instrução superior ao mínimo (estudos primários).

[QUADRO N.º 5]

| Duração da estadia no estrangeiro | Número | Percentagem |
|-----------------------------------|--------|-------------|
| Menos de dois anos ... ..         | 18     | 15,8        |
| Dois anos e mais ... ..           | 96     | 84,2        |
| Total ... ..                      | 114    | 100,0       |

Vê-se que uma grande maioria dos entrevistados à data do inquérito se encontravam no estrangeiro há dois anos ou mais, pelo que as comparações que esboçámos entre grupos numericamente tão desiguais não conduziram a resultados significativos.

### III

#### SITUAÇÃO DOS EMIGRANTES ENTREVISTADOS ANTES DA SUA PARTIDA DE PORTUGAL

O que escrevemos neste capítulo baseia-se nas recordações que nos confiaram os emigrantes, os quais tiveram, aliás, dificuldades em reconstituir certos factos passados. Este processo de análise retrospectiva parece-nos revestir-se de certa utilidade (se se ponderarem as distorções ou inexactidões devidas àquelas dificuldades). De resto, permitiu, além de obter alguns dados interessantes, criar sobretudo um clima mais favorável ao desenrolar da entrevista.

##### 1. Mobilidade e qualificação profissional

Sobre a mobilidade e a qualificação profissional responderam 100 operários, dos quais 43 % tiveram em Portugal um único emprego, 45 % dois a quatro empregos, 10 % mais de quatro empregos e somente 2 % nunca haviam trabalhado.

Vê-se que uma parte substancial da amostra (43 % dos operários) teve apenas um emprego, em Portugal, o que traduz um certo imobilismo profissional, situação que tem porventura a sua origem na ausência de ofertas de emprego, principalmente no meio rural. Esta hipótese parece-nos confirmada, pois, em 52 operários (ou seja, 45,6 %) que nos disseram ter tido o seu primeiro emprego na agricultura, apenas 11 (ou seja, 9,6 %) continuaram a trabalhar neste sector até à sua partida de Portugal. Em contrapartida, dos 47 operários (41,2 %) que tiveram o seu primeiro emprego na indústria, 39 (82 %) trabalhavam ainda neste sector antes de emigrar. De entre estes 39 indivíduos, 19 tinham uma qualificação profissional média ou elevada.

## 2. Férias e desemprego

A maior parte dos entrevistados (61,4 %) não beneficiaram de férias pagas durante o primeiro emprego, sendo numerosos os que trabalharam nestas condições durante longos anos (apenas 16,7 % beneficiaram de férias pagas). Por outro lado, somente 14 % não tiveram apoio nem qualquer subsídio enquanto estiveram desempregados. No período correspondente ao seu último emprego em Portugal, 26,3 % já tinham tido férias pagas e 21,1 % não tinham ainda usufruído desse benefício. Por outro lado, 7,9 % responderam que não tinham recebido qualquer subsídio enquanto estiveram desempregados.

## 3. Salários

Sobre os salários mensais observámos a distribuição que apresentamos nos quadros seguintes. Trata-se de salários líquidos que, apesar de desactualizados na sua grande maioria, podem dar uma ideia da situação dos emigrantes em matéria de salários quando se encontravam em Portugal e permitir algumas comparações com os seus salários após a emigração. Os quadros apresentam os resultados das respostas de 100 trabalhadores, dos quais 2 % nunca trabalharam em Portugal, 40 % só tiveram um emprego e 58 % vários empregos. Relativamente a esta última parcela, apresentamos os salários do primeiro e último emprego em Portugal.

### Salários mensais da subamostra dos que só tiveram um emprego em Portugal (40 %)

[QUADRO N.º 6]

| Escudos                      | Número | Percentagem |
|------------------------------|--------|-------------|
| «Salários» em espécie ... .. | 22     | 55          |
| 300-900 ... ..               | 8      | 20          |
| 901-2000 . . . . .           | 7      | 17,5        |
| 2001-4000 . . . . .          | 3      | 7,5         |
| Total ... ..                 | 40     | 100         |

### Salários mensais da subamostra dos que tiveram vários empregos em Portugal e receberam o seu primeiro salário em espécie (13 %)

[QUADRO N.º 7]

| Primeiro emprego  | Último emprego     | Número | Percentagem |
|-------------------|--------------------|--------|-------------|
| Em espécie ... .. | Em espécie         | 1      | 1,7         |
| Em espécie ... .. | 1500\$00           | 10     | 17,2        |
| Em espécie ... .. | De 1501\$ a 3000\$ | 2      | 3,4         |
| Total ... ..      |                    | 13     | 22,3        |

N. B. — As percentagens estão calculadas em relação ao total (N=58) dos que tiveram vários empregos em Portugal.

**Salários mensais da subamostra dos que tiveram vários empregos em Portugal e receberam o seu primeiro salário em dinheiro (45 %)**

[QUADRO N.º 8]

| Primeiro emprego |        |             | Último emprego |        |             |
|------------------|--------|-------------|----------------|--------|-------------|
| Escudos          | Número | Percentagem | Escudos        | Número | Percentagem |
| 60- 300          | 20     | 34,4        | 200-1500       | 18     | 31,4        |
| 301- 500         | 10     | 17,2        | 1501-2500      | 13     | 22,3        |
| 501- 800         | 8      | 13,7        | 2501-3500      | 11     | 18,9        |
| 801-1000         | 7      | 12,4        | 3501-5000      | 3      | 5,1         |
|                  | 45     | 77,7        |                | 45     | 77,7        |

N. B. — Ver a nota do quadro precedente.

Em resumo, é preciso sublinhar que o nível dos salários mensais era muito baixo e que as suas perspectivas de aumento eram praticamente inexistentes. Convém não esquecer que entre o primeiro e o último salário existe um lapso de tempo de alguns anos para a maioria dos casos e que o custo de vida aumentou durante esse mesmo período, sobretudo nos últimos dez anos, o que torna as diferenças apresentadas ainda mais acentuadas. É interessante notar que 23 % da amostra <sup>14</sup> nunca foram pagos em Portugal senão em espécie e que receberam, portanto, o seu primeiro salário em dinheiro no estrangeiro.

#### 4. Aproveitamento dos tempos livres

Sobre este ponto, as informações recolhidas dizem respeito a apenas 98 indivíduos (ou seja 89,1 %), dos quais mais de metade (46,3 %) não tinha praticamente tempos livres. Ocupavam o seu tempo «livre» a trabalhar nas suas terras, bem como em «biscates» necessários, de modo que os seus momentos realmente livres os destinavam às refeições e ao repouso.

35,5 % encontravam nos passeios, no futebol, nos jogos de cartas e na taberna as suas ocupações favoritas do tempo livre.

Os restantes 7,3 % aproveitavam os momentos livres para estudar.

### IV

#### A DECISÃO DE EMIGRAR

##### 1. Motivos e objectivos

A pergunta relativa aos projectos de futuro que os trabalhadores teriam formulado antes de emigrar revelou-nos que, para 24,5 %, o seu principal desejo era pura e simplesmente emigrar <sup>15</sup>.

<sup>14</sup> 22 operários do quadro n.º 6 e 1 operário do quadro n.º 7.

<sup>15</sup> A quase totalidade da amostra (86,8 %) emigrou isoladamente, deixando a sua família em Portugal. Os mais jovens, a maior parte das vezes, vieram reunir-se às suas famílias no estrangeiro.

Como escrevemos atrás, e apoiando-nos na tese de N. Morse, a satisfação dependerá do equilíbrio entre o que se deseja e o que se recebe. Assim, todo o aumento do nível de expectativa (perante o que se recebe), ou toda a redução da retribuição (perante o que se espera), reforçam a insatisfação do indivíduo.

Qual seria, pois, o grau de expectativa dos emigrantes entrevistados quando se decidiram a abandonar o seu quadro de vida habitual e a arriscar-se num universo desconhecido e estrangeiro?

Tentaremos analisar aqui este nível de expectativa antes de passar — em capítulo subsequente — à análise da situação das suas condições de vida no estrangeiro, a fim de ver se — e em que medida — as suas expectativas foram alcançadas.

## 2. Projectos à partida de Portugal

Antes de deixarem Portugal, e como já vimos atrás, 24,5 % tinham projectado emigrar, 12,7 % desejavam obter uma qualificação profissional, 8,7 % pretendiam ser economicamente independentes e 6 % declararam que desejavam prosseguir os seus estudos.

Entre estes 58 indivíduos, quantos terão satisfeito os seus projectos, não contando com os 28 que indicavam que apenas desejavam emigrar e que o conseguiram fazer? Os restantes 56 não se lembravam de ter formulado quaisquer projectos.

Entre os 114 operários que compõem a amostra, 65,7 % declararam ter partido para o estrangeiro por razões económicas, isto é, com vista a colocarem as suas economias em bancos, a fim de poderem retirar desses depósitos um rendimento, ou, no caso de 15,7 %, abrir um negócio, ou, para 7 %, comprar terras<sup>16</sup>, ou, no caso de 24,5 %, comprar a sua casa, ou, ainda, no caso de 11,4 %, «ter alguma coisa na velhice», dada a inexistência de reforma.

Em resumo, na sua maioria, os entrevistados tinham decidido emigrar para melhorar o seu nível de vida.

A maior parte, ou seja 85,3 %, esperava encontrar, pelo menos, um salário aceitável, se não mesmo elevado; os que assim pensavam (57 %) estavam convencidos de encontrar facilmente um emprego, mas sabiam (47 %), graças aos canais de informação existentes, que não desfrutariam de grandes *chances* de trabalho no mesmo ofício que tinham em Portugal; pensavam, no entanto, poder encontrar condições de trabalho relativamente próximas das que tinham em Portugal. De resto, mais de metade deles (53 %) nunca tinham pensado na possibilidade de serem promovidos no estrangeiro.

O seu grau de decisão era tal que, se bem que informados dos problemas da língua, caso de 57 — ou, o que é o mesmo, recusando-se a aceitar a língua como um obstáculo, caso de 36 —, a maioria (66,6 %) não tinha considerado uma barreira difícil de transpor o facto de terem de trabalhar com colegas, chefes ou patrões estrangeiros<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> De resto, pouco produtivas no imediato, dada a falta de mão-de-obra disponível para as cultivar.

<sup>17</sup> Somente 26 % temiam este contacto.

### 3. A escolha do país de emigração

Um grande número dos entrevistados — 57,8 % — puderam emigrar para o país que tinham escolhido (57 em 99 para França e 15 para a Alemanha). Entre os restantes, 9,6 % dos que se encontravam em França teriam preferido emigrar para a Alemanha e somente 1 emigrante na Alemanha (de entre os 15 abordados) teria preferido a França.

Para o Benelux tinham pensado emigrar 5,3 %; para o Brasil, 4,3 %; para o Canadá, 2,6 %; para os Estados Unidos, 3,5 %, e para África (Angola, Moçambique e África do Sul), 10,5 %.

Uma fraca percentagem (2,6 %) dos que entrevistámos em França declararam-nos que esperavam o momento apropriado para emigrar para a Austrália, Canadá ou Alemanha. De resto, e de acordo com outras informações que recolhemos, inclinamo-nos para a ideia de que, para um certo número — difícil de calcular, mas que não se deverá negligenciar —, sobretudo entre os mais jovens, pode existir *um projecto de emigração por várias etapas*, a última das quais se caracterizará por uma instalação definitiva num país do Novo Mundo ou da Oceânia.

## V

### OS EMIGRANTES NO ESTRANGEIRO

A amostra do nosso estudo compreende 52 chefes de família. Os restantes emigrantes da amostra são solteiros, homens casados isolados e jovens que vivem no estrangeiros em companhia das suas famílias. De acordo com os dados que pudemos colher no decurso do nosso estudo, vamos tentar analisar agora a situação dos emigrantes no momento do inquérito, ou seja, no período que decorreu entre Janeiro e Junho de 1973.

#### A — SITUAÇÃO NO TRABALHO

##### 1. Mobilidade profissional

Sabe-se que a instabilidade profissional é um dos indicadores duma situação de inadaptação à sociedade em geral e ao trabalho em particular. Nesta perspectiva, debruçamo-nos sobre um certo número de pontos que permitem ter uma ideia do problema.

##### a) Número de empregos

Na sua grande maioria (71 %), os emigrantes entrevistados não mudaram senão duas vezes de emprego desde que se encontraram no estrangeiro. Pensamos que isto traduz uma estabilidade, pelo menos aparente. Quais são as causas desta situação de facto? Pensamos que isto é devido a que o seu nível de expectativa foi satisfeito. Inversamente, corresponderá ao considerável «investimento» feito sobretudo no início da sua estadia, atendendo a todo o seu desconhecimento do país em que se encontravam, o que os terá levado a tentar conservar os empregos que o «destino lhes ofe-

receu», isto é, a adoptar uma atitude de passividade (até porque, não estando satisfeitos, teriam, mesmo assim, razões, na maior parte dos casos, para pensar que estariam melhor do que em Portugal).

Somente 22,9 % ocuparam um número maior de empregos durante a sua estadia no estrangeiro <sup>18</sup>.

#### *b) Duração do primeiro emprego*

Partindo da hipótese de que o primeiro emprego constituirá a primeira grande prova suportada pelo trabalhador emigrante, um verdadeiro choque para quem desconhece a língua, a mentalidade, os métodos de trabalho e mesmo certos utensílios e ferramentas, pensámos ser interessante analisar a variável — duração do primeiro emprego — dos emigrantes da amostra <sup>19</sup>.

Parece-nos interessante referir o seguinte: 41 dos entrevistados — isto é, 36 % — não conseguiram recordar-se da duração do seu primeiro emprego. Este facto parece reforçar a hipótese de que o primeiro grande impacto origina, em muitos casos, um período «agitado», de procura dum trabalho que seja o mais interessante possível, sob diversos aspectos, o que implicará toda uma passagem por um número elevado de experiências profissionais, nem todas bem sucedidas, durante um período muito reduzido.

Quanto aos restantes, 42,1 % mantiveram o seu primeiro emprego entre 1 mês e 1 ano <sup>20</sup>. E 21,9 % mantiveram-no durante 1 ano ou mais.

#### *c) Razões para mudança de emprego*

As razões apresentadas pelos operários foram essencialmente de ordem económica, o que é mais um elemento a favor da natureza do projecto principal dos emigrantes, ou seja, da prevalência do projecto económico.

46 dos entrevistados, ou seja 40,3 %, disseram-nos que tinham mudado de emprego porque pretendiam um salário mais elevado, ou para poderem fazer horas extraordinárias ou, ainda, para poderem beneficiar de regalias sociais.

Parece-nos importante referir, a propósito de 33 % dentre eles se terem recusado a dizer-nos quais as razões por que tinham mudado de emprego, que esta recusa, pensamo-lo, estará certamente ligada ao aspecto desagradável das suas primeiras experiências de trabalho.

Os restantes 26,3 % (30 operários) não invocaram explicitamente razões económicas, mas sim outro tipo de motivos: 5, porque tinham tido problemas mais ou menos graves com os seus colegas de trabalho ou com os seus chefes; 3, porque foram despedidos; 5, porque haviam prolongado demasiado as suas férias em Portugal e, no seu regresso, tiveram de procurar outro emprego; 1, porque a empresa em que trabalhava abriu falência; 8, que eram todos jovens trabalhadores, porque pretendiam empregos

---

<sup>18</sup> É o caso de 16 que tiveram entre 4 e 5 empregos e de 10 outros que tiveram entre 6 e 9 empregos e mesmo mais.

<sup>19</sup> Naturalmente que, para os que estavam munidos dum contrato de trabalho, este período terá sido de, pelo menos, 1 ano.

<sup>20</sup> Dos quais, para 8 durou 1 mês; para 10, entre 2 e 3 meses; para 20, entre 4 e 6 meses; para 10, entre 7 meses e 1 ano.

mais ligeiros, «como se fossem para franceses», o que nos pode dar uma indicação acerca do comportamento da nova geração de trabalhadores emigrantes; 5, a fim de poderem exercer a sua profissão; finalmente, 3, para poderem trabalhar mais perto de casa.

#### *d) Mudanças de sector*

O facto de os emigrantes mudarem de sector é, quanto a nós, interessante. Sabe-se, com efeito, que, embora a passagem das obras públicas e da construção civil para a indústria metalomecânica se não traduza necessariamente por uma grande melhoria de remuneração, representa, por outro lado, uma existência menos difícil e socialmente mais prestigiada.

Inversamente, uma transferência da indústria metalomecânica para a construção civil e para as obras públicas poderá exprimir uma desadaptação ao ritmo da fábrica e uma fixação aos empregos ao ar livre, os quais estarão menos afastados da experiência anterior em Portugal, particularmente na agricultura.

No nosso estudo debruçamo-nos sobre mudanças de sector em geral, sem entrar em pormenores, tendo obtido os seguintes resultados: 28,9 % não quiseram responder-nos a este tema, 34,2 % nunca mudaram de sector, 36,8 % mudaram de sector. Que significa esta mudança de sector? O desejo duma existência menos difícil ou mais prestigiada, ou, pelo contrário, uma «desadaptação» ou, muito simplesmente, uma resposta às flutuações do mercado de emprego? É uma pergunta que fica para nós em aberto.

#### *e) Sectores de actividade*

O nosso estudo incidiu sobre três sectores de actividade: as obras públicas, a construção civil e a metalurgia.

Sobre este tema apenas 3,5 % não responderam. Os outros 96,5 %, que responderam, repartem-se do seguinte modo:

[QUADRO N.º 9]

| Sectores de actividade  | Número | Percentagem |
|-------------------------|--------|-------------|
| Obras públicas ... ..   | 16     | 14          |
| Construção civil ... .. | 45     | 39,5        |
| Metalurgia ... ..       | 49     | 43          |
| Total ... ..            | 110    | 96,5        |

## **2. Qualificação profissional: tendência para uma efectiva integração nas estruturas socioprofissionais**

A qualificação profissional dos emigrantes da amostra tem a distribuição constante do quadro n.º 10.

[QUADRO N.º 10]

| Qualificação profissional                          | Número | Percentagem |
|----------------------------------------------------|--------|-------------|
| Ajudantes . . . . .                                | 15     | 13,3        |
| Operários especializados (O. S.) . . . . .         | 44     | 38,9        |
| Operários profissionais (O. P.) . . . . .          | 39     | 34,5        |
| Operários altamente qualificados (H. Q.) . . . . . | 9      | 7,9         |
| Chefia (capatazes) .. . . .                        | 4      | 3,6         |
| Total ... . .                                      | 111    | 98,2        |

Saliente-se que cerca de metade da amostra (46 %) é formada por operários que ocupam posições elevadas na hierarquia profissional, o que traduz um grau considerável de inserção socioprofissional. Mas por que preço físico e psicológico terá sido obtido este sucesso?

### 3. Salário e horários: um princípio de assimilação dos ritmos de trabalho e repouso da sociedade industrial e urbana

A partir das respostas dos emigrantes pudemos extrair uma certa distribuição dos seus salários, a qual vamos apresentar seguidamente. Trata-se de salários líquidos, que convertemos em escudos e que naturalmente se reportam à data do inquérito (16 de Fevereiro a 6 de Junho de 1973):

[QUADRO N.º 11]

| Escudos                   | Número de operários | Percentagem |
|---------------------------|---------------------|-------------|
| 4 400- 5 500 ... . . . .  | 6                   | 5,3         |
| 5 501- 6 600 ... . . . .  | 24                  | 21,2        |
| 6 601- 7 150 ... . . . .  | 13                  | 11,5        |
| 7 151- 7 700 ... . . . .  | 10                  | 8,8         |
| 7 701- 8 800 ... . . . .  | 20                  | 17,7        |
| 8 801- 9 900 ... . . . .  | 19                  | 16          |
| 9 901-11 000 ... . . . .  | 9                   | 8           |
| 11 001 e mais ... . . . . | 9                   | 8           |
| Total ... . .             | 110                 | 96,5        |

Sabe-se que, para a maioria, a motivação principal da emigração foi de ordem económica. Ora 74,6 % da amostra conseguiram economizar, isto é, satisfazer no plano material a principal intenção existente no momento da emigração; entre eles, um grande número (65 % do conjunto) foi ajudado neste objectivo pela sua família e, em particular, pela sua mulher.

Todavia, tivemos a precaução de distinguir o orçamento mensal que incluía a contribuição familiar daquele que só dependia do salário do

operário, a fim de poder estudar com correcção o grau de aceitação do salário por parte dos operários entrevistados.

Com a ajuda duma pequena escala construímos o seguinte quadro:

[QUADRO N.º 12]

| Grau de aceitação do salário | Número de operários | Percentagem | Com ajuda da família | Sem ajuda da família | Não responderam |
|------------------------------|---------------------|-------------|----------------------|----------------------|-----------------|
| Insuficiente .. .. .         | 38                  | 33,3        | 27                   | 11                   |                 |
| Injusto .. .. .              | 14                  | 12,3        | 6                    | 8                    |                 |
| Aceitável .. .. .            | 8                   | 7           | 6                    | 2                    |                 |
| Normal . . . . .             | 46                  | 40,4        | 32                   | 14                   |                 |
| Justo .. .. .                | 5                   | 4,4         | 3                    | 2                    |                 |
| Total ... .. .               | 111                 | 97,4        | 74                   | 37                   | 3               |

Por consequência, 51,8 % aceitam, *tan bien que mal*, o seu salário, enquanto 45,6 % o põem em causa. Isto constitui um elemento de resposta ao problema da satisfação da expectativa <sup>21</sup>, na medida em que esta estará ligada, segundo a nossa hipótese, ao grau de aceitação das condições de remuneração.

É preciso que consideremos ainda um outro aspecto da vida profissional dos emigrantes entrevistados, isto é, o horário de trabalho, de que analisaremos em seguida o grau de aceitação do mesmo por parte dos emigrantes.

Para os que não trabalham no sistema de equipa, a repartição dos horários é a seguinte:

[QUADRO N.º 13]

| Horários                   | Número de operários | Percentagem |
|----------------------------|---------------------|-------------|
| 45 horas ... .. .          | 64                  | 56,1        |
| 41-44 horas ... .. .       | 9                   | 7,9         |
| Menos de 41 horas ... .. . | 16                  | 14,0        |
| Total ... .. .             | 89                  | 78          |

No que diz respeito aos que trabalham em equipa (20,2 %), a distribuição é a seguinte: a) em equipa  $2 \times 8$ : 14,1 % trabalham entre 40 e 45 horas e mais; b) em equipa  $3 \times 8$ : 6,1 % trabalham 40 horas. Destes 20,2 % que trabalham em equipa, 16,7 % trabalham no sector da metalurgia.

Quanto à aceitação do horário, a maioria dos entrevistados (73,7 %) aceitam os seus salários de trabalho. Para 44,8 %, o horário permite-lhes ter o repouso necessário. Para 10,5 % permite-lhes ainda fazer biscuits.

<sup>21</sup> Em sentido lato e reportado ao período que precedeu a emigração.

Em contrapartida, para os restantes 22 %<sup>22</sup> o horário é inaceitável, ou porque «trabalham demasiado», ou porque o trabalho em equipa os obriga a trabalhar de noite, «prejudicando-lhes a saúde», ou então porque não lhes permite «trabalhar o que eles desejariam», sentindo-se consequentemente prejudicados, como é o caso dos 4,4 % da última linha da lista seguinte:

|                                     |        |             |
|-------------------------------------|--------|-------------|
| Porque trabalham demasiado ... ..   | 12,3 % | do conjunto |
| Porque trabalham de noite ... ..    | 5,3 %  | » »         |
| Porque não lhes permite ganhar mais | 4,4 %  | » »         |

Afigura-se-nos muito significativo que, para um grande número dos entrevistados (quase metade da amostra, ou seja 44,8 %), a possibilidade de repousar e de ter ócio seja uma das razões de aceitação do horário. Parece-nos que isto poderá traduzir *um princípio de assimilação do ritmo de trabalho e repouso, característico da sociedade industrial e urbana*; poderá também indicar uma tendência para a integração na sociedade estrangeira ou, pelo menos, no ritmo de vida que ela impõe aos operários.

Não é este o caso, porém, daqueles emigrantes que põem em primeiro plano a poupança, em detrimento da sua saúde, sem levarem em linha de conta os limites da sua resistência<sup>23</sup>. Vivem num mundo cujo significado lhes escapa. Para se «safarem» do círculo que os encerra, julgando que «325 000 francos» (XIII) serão suficientes e que estarão ao seu alcance, tentam realizar os seus projectos sem olhar a «preços», num quotidiano alucinante...

#### 4. Acidentes de trabalho e não identificação com as normas e o ritmo da actividade industrial

Uma percentagem muito considerável dos entrevistados, ou seja, 38,6 %, foram vítimas de acidentes de trabalho mais ou menos graves.

70 % destes acidentes tiveram lugar nos sectores da construção civil e das obras públicas e 30 % no sector da metalurgia.

Metade destes acidentes tiveram consequências graves e foram causados por «distracções»<sup>24</sup>, quando os operários trabalhavam isoladamente ou em equipa (normalmente constituída por operários pertencentes a grupos nacionais e linguísticos bastante diferentes), ou então por insuficiência ou ausência de condições materiais de segurança. 19,2 % dos acidentes tiveram consequências ligeiras e como causas as mesmas que foram indicadas para os acidentes graves. Muitos referiram-se também a outros operários portugueses que teriam também sido vítimas de acidentes, graves e ligeiros. Sobre este ponto (acidentes), 6,1 % não nos deram qualquer informação e 55,3 % nunca tiveram acidentes.

Em resumo, o conjunto das respostas — directas e indirectas — levam-nos a concluir que existem duas grandes causas para os acidentes

<sup>22</sup> Sobre este ponto apenas não responderam 5, ou seja, 4,4 %.

<sup>23</sup> Como um ferreiro, natural de Santarém, que encontrámos no decurso duma visita ao Hospital Psiquiátrico de Villejuif, que, antes de baixar a este hospital, trabalhava 10 horas por dia numa forja e despendia 4 horas em transportes entre o local de trabalho e a sua casa (ida e volta).

<sup>24</sup> Palavra empregue pelos entrevistados.

de trabalho: a «distracção», tanto individual como em equipa, e a falta de condições de segurança.

A «distracção» é, quanto a nós, um bom indicador duma má inserção profissional e social. Como explicar a ausência de atenção dum operário quando ele se encontra a executar gestos ou manobras perigosas que o expõem a grandes riscos físicos? Somente devido à fadiga, ou como consequência de causas mais profundas e complexas?

Quando os acidentes ocorrem enquanto os operários se encontram a trabalhar em equipa, a explicação será mais fácil, pois que, ao considerar os operários como simples unidades de trabalho, os responsáveis patronais esquecem ou não tomam na devida consideração (por ignorância ou cupidez) que a boa coordenação duma equipa depende, entre outros factores, de uma boa capacidade de comunicação entre os seus membros. É evidente que um português que esteja ainda longe de compreender o francês falado por franceses e seja obrigado a trabalhar com um norte-africano que não fale o francês, ou o fale com sotaque, por exemplo, está bastante exposto a acidentes, dada a incompreensão dentro da equipa, e tanto mais quanto o trabalho se processa no meio de ruídos ensurdecedores e/ou exige reacções rápidas.

Quanto às condições de segurança, podemos considerar dois aspectos. O primeiro diz respeito aos dispositivos de prevenção dos riscos e da salubridade. Por exemplo, em Bobigny, numa oficina de transformação de sucata que visitámos, tais dispositivos de segurança eram inexistentes, sendo pois muitos os operários que já tinham sofrido acidentes, alguns mortais. Um dos nossos entrevistados tinha já sofrido três acidentes, o último dos quais de grande gravidade: uma perfuração de pulmão provocada por um varão de ferro. O segundo aspecto prende-se com os meios de protecção pessoal, como o uso de capacete, de botas com ponta de aço, de luvas, óculos, máscaras e aventais, por exemplo, consoante o tipo de trabalho.

Para poder ter uma visão mais correcta deste problema é necessário distinguir dois tipos de situações. Por um lado, os operários não usavam estes objectos de protecção porque as empresas não lhes forneciam <sup>25</sup>. Por outro lado, muitas vezes não os usavam por não lhes parecerem necessários ou por lhes dificultarem os movimentos <sup>26</sup>. Este aspecto revela, quanto a nós, uma não identificação com as regras e o ritmo da actividade industrial, o que não nos surpreende, na medida em que a maior parte dos trabalhadores emigrantes são ex-camponeses <sup>27</sup>, desde sempre habituados a um horizonte rasgado que lhes permitia todos os movimentos.

## **5. Opiniões sobre os colegas franceses ou alemães: «gueto» e «marginalidade» dos portugueses**

Quanto a este ponto, tentámos auscultar a percepção que têm os emigrantes portugueses entrevistados da discriminação a que estão sujeitos, assim como as suas opiniões acerca dos franceses e dos alemães. Nesta dupla

---

<sup>25</sup> Caso de 17 dos operários da nossa amostra.

<sup>26</sup> Caso de 24.

<sup>27</sup> 86 % dos casos.

perspectiva, vamos tentar analisar a «distância social» existente entre os emigrantes e os franceses ou os alemães.

68,4 % dos operários da nossa amostra declararam-nos que se consideravam bem tratados pelos seus colegas franceses e alemães e que estes eram «civilizados», «leais» e «sérios». Portanto, a maioria não se sentia objecto de discriminação.

Vários serão os factores que terão contribuído para esta reacção aparentemente tão favorável. Em primeiro lugar, a questão foi posta pessoalmente a cada um dos entrevistados isolado dos demais: por uma reacção psicológica natural, cada um tenderá a transmitir uma imagem positiva de si próprio, o que não sucederia se declarasse a um desconhecido (neste caso o entrevistador) que era desprezado ou tratado sem grande consideração; em segundo lugar, os operários entrevistados — como veremos mais adiante — têm poucos contactos ou contactos muito superficiais com a população francesa ou alemã. Com efeito, no trabalho, eles contactam com os franceses ou os alemães, mas estes contactos limitam-se ao estritamente necessário, e à hora das refeições acabam sempre por se reunir com os seus colegas portugueses.

Fora do trabalho, do «*bulot* e do *Metro*», não têm, na maior parte dos seus períodos livres, senão tempo para comer e dormir (sobretudo os que não têm junto de si a família). De resto, a maioria deles<sup>28</sup> habitavam em residências colectivas (blocos residenciais para homens celibatários ou sem família), hotéis e habitações de renda limitada, ou em blocos residenciais para famílias, o que lhes possibilitava uma vida com características próximas das de um gueto, isto é, fechada dentro do seu grupo nacional, consequentemente, sem contactos directos e permanentes com a população local.

Mas, em matéria de opiniões respeitantes aos franceses ou alemães, também recolhemos um tipo de respostas diferentes; 26,3 % da nossa amostra tinham uma opinião menos favorável ou mesmo negativa dos franceses, quer na situação de trabalho, quer fora dela. Uns (9,6 %) disseram-nos que não eram maltratados pelos franceses, mas que estes evitavam todo e qualquer contacto. Outros (14,9 %) responderam-nos que os contactos eram bons no trabalho, mas que fora dele encontravam todo um ambiente de frieza e de desprezo e que, por vezes, eram mesmo vítimas de provocações e alvo de conflitos violentos. Declararam-nos que, se os franceses toleravam a sua presença, era porque tinham necessidade deles, embora os invejassem ou hostilizassem por não se escusarem a desempenhar qualquer tarefa, bem como a fazer horas extraordinárias, o que lhes permitia ganhar mais dinheiro que os próprios operários franceses. Finalmente, dois operários portugueses falaram-nos, e de maneira muito enfática, da falta de escrúpulos e de seriedade que caracteriza os franceses.

Em resumo, se se consideram estes dois tipos de opiniões, é-se levado a concluir que existe de facto um afastamento, uma «distância» entre os emigrantes portugueses que compõem a nossa amostra e as populações francesa e alemã. A este afastamento corresponderá *um fechar-se do emigrante português sobre o seu grupo nacional* e, em suma, *uma situação de marginalidade*.

---

<sup>28</sup> Somente alguns habitavam em apartamentos ou em pequenas vivendas, o que lhes permitia ter vizinhos franceses ou alemães.

## 6. Opiniões sobre os trabalhadores emigrantes de outras nacionalidades: tendência para uma identificação com a «classe operária emigrante»?

São inúmeras as oportunidades de encontro entre os trabalhadores emigrantes de diversas nacionalidades, nomeadamente nos locais de trabalho ou de residência. No entanto, separados pelo obstáculo da língua — excepto uma minoria que fala o francês ou o alemão —, é bastante diminuta, se não mesmo nula, a comunicação entre si, o que constitui um entrave à compreensão dos hábitos e costumes respectivos, reforçando-se o sentimento do «nós», tantas vezes impregnado de espírito de concorrência e de racismo.

Um exemplo disto é o sentimento de desconfiança, misturado com receio, desprezo e agressividade, perante os trabalhadores emigrantes muçulmanos (sobretudo os argelinos em França e os turcos na República Federal da Alemanha), que se nos deparou em 41 dos nossos entrevistados, ou seja 35 % da amostra. Parece-nos, todavia, importante referir que, para quase metade dos emigrantes entrevistados (40,4 %), «os outros» são «como nós», isto é, «também são operários emigrantes, com condições de vida e de trabalho semelhantes às nossas», perante os franceses e os alemães.

Se não existe uma identificação com a classe operária francesa ou alemã, existe, assim o julgamos, *uma tendência para uma identificação com a «classe» operária emigrante.*

## 7. Posições perante os sindicatos: fraca sindicalização, percepção «utilitária» do sindicalismo

Um estudo sobre «os trabalhadores portugueses na região de Toulouse», de Marie-Claire Viguier, diz-nos o seguinte: «A sociedade francesa é apercebida com base no que o emigrante viu no seu país. Por exemplo, no que diz respeito aos sindicatos, em Portugal estes são verticais, controlados pelo patronato e fornecem uma espécie de assistência social em troca duma quotização. Suscitam a indiferença ou a hostilidade<sup>29</sup>. Em França, pelo contrário, o sindicato é um organismo só de trabalhadores e defende os seus direitos. Ora isto só é descoberto ao fim de um certo tempo, e mesmo assim nem sempre. Alguns continuam a ver o sindicato como uma força que constrange.» «Eles não gostam das greves que lhes fazem perder dinheiro no imediato [...]» (XIV.)

Dos 114 operários que entrevistámos, 62,3 % disseram-nos não estarem sindicalizados e 25,5 % o contrário. Temos pois que, na nossa amostra, só 1 operário em cada 4 está sindicalizado. Pareceu-nos interessante estudar as características deste subgrupo, dada a hipótese que formulámos de o sindicato poder ser considerado um dos grupos de referência possíveis para estes 29 operários emigrantes, podendo, portanto, constituir um factor de aceleração no processo de inserção que lhes permitisse reduzir a distância entre o estatuto de emigrantes — estatuto objectivo — e a imagem de si próprios — estatuto subjectivo.

---

<sup>29</sup> Sindicatos correspondentes ao período do Estado Corporativo.

Ora, entre estes 29 sindicalizados, 11 eram-no há menos de 1 ano, 16 desde há 1 a 9 anos ou mesmo mais (2 sem resposta). 21 trabalhavam na metalurgia e 8 na construção civil e obras públicas, 20 falavam e liam o francês ou o alemão e 5 liam, embora não falassem, uma destas línguas; 27 frequentaram a escola, 13 obtiveram o diploma do ensino primário e 9 um diploma de nível mais elevado; 20 têm a sua família junto deles.

Os emigrantes vêem essencialmente no sindicato uma «ajuda ao operário»: um dos lugares onde se podem «resolver os seus problemas». É sobretudo esta representação do sindicato como meio de assistência que foi por nós encontrada nos emigrantes.

Se somente 25,5 % são sindicalizados, mais de metade destes (52,6 %) consideram que os sindicatos são úteis. A percentagem dos que os consideram inúteis é bastante fraca: 7,9 %. Finalmente, uma pequena fracção dos emigrantes por nós entrevistados consideram que os sindicatos são úteis, mas criticam o seu fraco poder de acção.

## 8. Posições perante as greves: o «individualismo» e as suas causas

Ainda segundo Marie-Claire Viguier, os trabalhadores portugueses, na sua maior parte, «não gostam de greves, que lhes fazem perder dinheiro no imediato e lhes provocam o receio de serem expulsos se participarem, por exemplo, num piquete de greve. A este respeito, os estrangeiros sofrem uma nítida discriminação, de facto e *de jure*, no que diz respeito aos direitos sindicais. O receio de se envolverem numa acção reivindicativa atrai a benevolência dos patrões e, em contrapartida, a hostilidade dos operários franceses, que são muitas vezes pouco favoráveis aos estrangeiros» (XIV).

Tal comportamento — explicável já pelo próprio estatuto instável de emigrante — é reforçado pelo facto de os trabalhadores portugueses emigrantes estarem habituados a contar exclusivamente com a solidariedade familiar e não terem uma tradição sindical. Um comportamento social «individualista» encontra-se subentendido nos seus projectos de futuro, condicionando a sua forma de integração ou, de modo mais simples, a sua inserção na sociedade estrangeira.

Para apreciar correctamente os resultados do nosso inquérito é necessário, no entanto, levar em linha de conta o sentimento de desconfiança que, naturalmente, causámos com a nossa presença.

Em relação à pergunta que fizemos sobre quais as causas das greves, as respostas foram diversas, mas para 36 % elas são de ordem principalmente salarial:

[QUADRO N.º 14]

| Causas                                 | Percentagem |
|----------------------------------------|-------------|
| Políticas e salariais ... ..           | 3,5         |
| Salariais ... ..                       | 24,6        |
| Salário e condições de trabalho ... .. | 7,9         |
| Total ... ..                           | 36,0        |

Cruzando as atitudes perante as greves com o «grau» de aceitação do salário, pudemos verificar que os mais numerosos a terem participação nas greves eram precisamente aqueles que consideravam o seu salário insuficiente e os menos numerosos aqueles que consideravam o seu salário normal:

[QUADRO N.º 15]

| «Grau» de aceitação do salário | Percentagem de grevistas |
|--------------------------------|--------------------------|
| Salário insuficiente ... ..    | 28                       |
| Salário injusto ... ..         | 21,4                     |
| Salário aceitável .. ..        | 25                       |
| Salário normal ... ..          | 19,5                     |

De resto, entre os 29 sindicalizados, 21 trabalhavam no sector da metalurgia. Entre aqueles que participaram em greves, 10 trabalhavam na metalurgia e 18 na construção civil e nas obras públicas. Todos falavam mais ou menos bem o francês ou o alemão.

No conjunto dos 41 operários que nos disseram conhecer as causas das greves, somente 4 são solteiros (no conjunto dos 25 solteiros da nossa amostra), 9 são casados com a sua mulher em Portugal (em relação aos 36 nesta situação) e 25 têm a sua mulher junto de si (em relação aos 52 nesta situação). Como se vê, a maioria é constituída por aqueles que têm a mulher junto de si.

Como explicar este facto? Quanto a nós, uma hipótese possível será a de que aquele que tem consigo a família terá um equilíbrio afectivo maior que os outros e, consequentemente, uma maior disponibilidade psicológica, condição que facilita o processo de integração, para o qual a participação nas actividades sindicais é um dos elementos importantes ao nível das classes operárias.

## B — SITUAÇÃO FORA DO TRABALHO

### 1. Alojamento

A população estrangeira, que representa aproximadamente 6 % da população total da França, totaliza 24 % da população que vive em habitações insalubres.

O quadro n.º 16 dá-nos a distribuição dos trabalhadores emigrantes da nossa amostra pelos diversos tipos de alojamento, e pelo mesmo se pode ver que 60,2 % habitavam em quartos, apartamentos ou vivendas e estavam mais ou menos em contacto com a população francesa ou alemã. Os restantes (39,8 %), fora do período de trabalho, permaneciam totalmente à margem da população local.

[QUADRO N.º 16]

| Alojamento                                                                  | Número | Percentagem |
|-----------------------------------------------------------------------------|--------|-------------|
| Barraca isolada ... ..                                                      | 1      | 0,9         |
| Barraca das obras ... ..                                                    | 6      | 5,3         |
| Hotel mobilado ... ..                                                       | 12     | 10,6        |
| Vivendas .. ..                                                              | 14     | 12,4        |
| Quartos alugados em casas particula-<br>res de franceses ou portugueses ... | 16     | 14,2        |
| Lares para operários ... ..                                                 | 26     | 23,0        |
| Apartamentos .. ..                                                          | 38     | 33,6        |
| Total ... ..                                                                | 113    | 100,0       |

No que diz respeito à qualidade do alojamento, concentrámos a nossa atenção sobre os apartamentos e as vivendas, habitados, na maior parte dos casos, por homens casados que viviam com a sua família <sup>80</sup>.

Uma fracção dos emigrantes que vivem nestes alojamentos (37 %) beneficiam do mínimo de conforto (uma cozinha e uma casa de banho) e 7 % têm uma cozinha, mas não casa de banho.

Um critério pertinente na análise da qualidade do alojamento é o que considera a sobreocupação. Na nossa amostra, a percentagem daqueles que não dispunham do número necessário de divisões é de 10,5 %.

Consideremos, por exemplo, o caso de 12 operários da nossa amostra:

[QUADRO N.º 17]

| Número de divisões | Número de ocupantes | Número de ocupantes<br>por divisão | Número de emigrantes<br>nesta situação |
|--------------------|---------------------|------------------------------------|----------------------------------------|
| 2                  | 5                   | 2,5                                | 2                                      |
| 3                  | 5                   | 1,6                                | 4                                      |
| 3                  | 6                   | 2                                  | 3                                      |
| 5                  | 9                   | 1,8                                | 1                                      |
| 4                  | 9                   | 2,5                                | 1                                      |
| 5                  | 10                  | 2                                  | 1                                      |
|                    |                     |                                    | 12                                     |

Vê-se que, para estes 12 operários, a média de ocupantes por divisão é 2, o que será aceitável enquanto os filhos forem crianças de tenra idade, mas não quando se trate de crianças mais velhas, dormindo com adultos na mesma divisão.

Como conclusão, fora os casos de ausência de higiene e de insalubridade, em que os lugares habitados são difíceis de limpar, atulhados de camas, enxameados de insectos, em que os meios de aquecimento são

<sup>80</sup> Isto é, 82,6 % do conjunto dos homens casados e que viviam com a sua família.

inexistentes e em que é necessário utilizar fogões a petróleo para cozinhar — o que é, sobretudo, o caso dos quartos em hotéis mobilados —, ou ainda nos casos dos apartamentos sem casa de banho, a maior parte dos emigrantes por nós entrevistados habitavam em condições aceitáveis.

## 2. Grau de conhecimento da língua local

Mais de metade dos emigrantes entrevistados (56,1 %) usavam, com mais ou menos facilidade, a língua local — o que é básico em todo o processo de integração — e 19,3 % não compreendiam absolutamente nada da língua francesa.

[QUADRO N.º 18]

| Grau de conhecimento da língua local | Percentagem |
|--------------------------------------|-------------|
| Não compreendiam nem falavam ... ..  | 19,3        |
| Liam, mas não falavam ... ..         | 21,9        |
| Falavam ... ..                       | 37,7        |
| Falavam e liam ... ..                | 18,4        |
| Não responderam ... ..               | 3           |

Pareceu-nos interessante saber qual era a participação dos emigrantes nos cursos de francês ou alemão; porque é que os frequentavam ou não.

A nossa hipótese era a de que o desejo de seguir cursos de língua local, assim como a frequência destes — salvo naqueles que não tinham a mínima instrução em português —, traduziriam uma vontade de resposta às diversas solicitações da sociedade em que se encontravam, assim como a intenção de fazer uma estadia de certa duração.

Entre os 114 operários da amostra, apenas 31 frequentavam ou haviam frequentado cursos dessa natureza, contra 71 <sup>31</sup>. As razões pelas quais estes últimos não recorrem a cursos de língua francesa ou alemã, segundo as suas declarações, são variáveis: fadiga, inexistência de cursos perto do domicílio, uma ausência de interesse e de motivação, sobretudo falta de disponibilidade. Para 3 de entre eles, a questão nunca se pôs e outros não acreditavam na eficácia dos cursos tal como os mesmos se lhes apresentavam.

Pareceu-nos que, ao lado daqueles que não queriam seguir os cursos porque isso lhes não interessava (uma vintena), os outros estariam interessados se a organização dos cursos fosse compatível com um certo descanso ou se tivessem condições que lhes permitissem distrair-se.

Pareceu-nos retirar das suas respostas que eles estão receptivos a aprender a língua local, o que pode traduzir um desejo de integração no meio onde se encontram imigrados.

<sup>31</sup> 12 indivíduos não responderam à pergunta.

### 3. Escolaridade dos filhos e o prolongamento da estadia dos pais no estrangeiro

No que diz respeito à aprendizagem da língua portuguesa, apenas 3,5 % declararam terem os seus filhos possibilidade de a aprender. Outros 15 % disseram-nos que a solução seria criar escolas portuguesas, ou então empregar professores portugueses nas escolas francesas ou alemãs.

Uma grande percentagem dos entrevistados (60 %) desejava que os seus filhos estudassem no estrangeiro e apenas 24,5 % em Portugal. É de notar que um grande número dos entrevistados (50,9 %) desejava que os seus filhos pudessem prosseguir os estudos, se possível, até ao fim do ensino secundário. Muito poucos (7,9 %) eram aqueles que desejavam que os seus filhos, em vez de estudar, aprendessem uma profissão; os poucos que se encontravam nesta situação desejavam que eles aprendessem uma profissão ligada à actividade industrial.

O facto de os pais desejarem que os seus filhos prolonguem o mais possível os seus estudos, a fim de poderem atingir, num limite e de preferência, o estudo socioeconómico de «doutor» (herdeiro sociológico do de fidalgo, sobretudo nas zonas rurais de Portugal), explica-se de várias maneiras: por um lado, é mais fácil a realização desse objectivo no estrangeiro, dadas as facilidades de estudo existentes; por outro lado, ou os pais necessitam de prolongar a sua estadia no estrangeiro, ou então as crianças, tendo começado a sua escolaridade em língua francesa ou alemã, não dominam a língua portuguesa ou ignoram-na mesmo completamente.

Porém, quaisquer que sejam as causas, parece-nos que a consequência será uma *tendência para o prolongamento do período de estadia das crianças no estrangeiro e, consequentemente, dos seus pais.*

### 4. Aceitação dos franceses ou dos alemães

Como já vimos, existe um afastamento, uma «distância social», entre a população da amostra e a população local, em relação à qual abundam as ideias estereotipadas. A este afastamento corresponde um fechar-se no grupo nacional, o qual se virá a tornar um obstáculo à integração no meio estrangeiro.

Vamos ver com certo pormenor como é que os emigrantes entrevistados aceitavam a população local.

A nossa hipótese de partida era a de que um bom indicador desta aceitação seria o casamento com alemães ou franceses. Os resultados que obtivemos às perguntas relacionadas com este tema levam-nos a reforçar a ideia de que a tendência destes emigrantes é de sentido contrário ao da integração.

Perguntámos aos que tinham filhos se aceitariam que estes, quando fossem adultos, se casassem com mulheres francesas ou alemãs. As respostas foram mais negativas do que positivas (33,4 % contra 6,2 %) e somente 1,8 % responderam afirmativamente, alegando que os seus filhos ficariam mais ligados à França; outra fracção (4,4 %) respondeu que estaria de acordo, mas só com a condição de que fosse com «uma pessoa de respeito», e 5,3 % responderam que esse assunto só dizia respeito aos filhos e que tanto se lhes dava que eles casassem com uma portuguesa como com uma estrangeira.

Quanto às razões das recusas para o casamento misto, elas são as seguintes: as mulheres francesas ou alemãs são pouco sérias e não querem trabalhar nem economizar, ao contrário das portuguesas. Têm uma educação diferente, são mais evoluídas e mandam nos homens. Além disso, nunca se adaptariam a viver em Portugal, porque não são da mesma «raça» e não falam a mesma língua.

Fizemos também a mesma pergunta em relação às filhas e recolhemos igualmente mais respostas desfavoráveis do que favoráveis ao casamento misto (30,7 % contra 7,9 %). Os que eram favoráveis consideravam que as suas filhas teriam maiores benefícios e se adaptariam melhor à França.

Entre os que não aceitavam esta ideia encontrámos os mesmos estereótipos, bem como razões semelhantes às que indicámos atrás: por exemplo, 10,5 % achavam que os homens franceses «não têm moral» («eles empurram as suas mulheres para os braços de outros homens»), não pensam senão em beber, não gostam de trabalhar e não se preocupam com o futuro dos seus filhos; 13,2 % pensavam que é melhor viver com alguém da própria «raça» e que estava fora de dúvida o pensar em semelhante hipótese; 7 % não queriam que as suas filhas se tornassem francesas ou alemãs.

Em terceiro lugar perguntámos aos 12 jovens operários emigrantes que estavam noivos qual era a nacionalidade das suas noivas e, no caso de elas serem portuguesas, o que é que eles pensavam das raparigas francesas ou alemãs. Dos 12, somente 2 não namoravam portuguesas — um namorava uma francesa e o outro uma espanhola; os outros 10 não desejavam casar com francesas ou alemãs porque não são da sua «raça», não gostam de trabalhar como as portuguesas e, mais cedo ou mais tarde, os enganariam...

Em quarto lugar procurámos saber se eles mantinham relações amigáveis e frequentes com franceses ou alemães.

As suas respostas dividiram-se em dois grupos opostos e quantitativamente semelhantes: 49,1 % disseram-nos não ter senão amigos portugueses, enquanto 50,9 % nos declararam ter tanto amigos franceses como amigos portugueses; estes últimos, ou seja o caso dos 50,9 %, apresentam uma posição contraditória, na medida em que estes operários parecem opor-se à integração dos seus filhos na sociedade estrangeira, enquanto, por outro lado, mantêm contactos amigáveis com franceses e alemães. Na nossa opinião, esta contradição é apenas aparente: a resistência à integração e à assimilação manifesta-se por uma nítida projecção na geração seguinte, pois o facto de ter amigos estrangeiros não traduz senão uma maneira de viver e um esforço de inserção, sem consequências tão importantes como as que naturalmente adviriam do casamento dos seus filhos.

Entre os entrevistados, 16,7 % responderam que aceitariam que os seus filhos ficassem definitivamente no estrangeiro; 21,9 % disseram-nos que aceitariam que os seus filhos trabalhassem no estrangeiro, mas sem se instalarem definitivamente, porque, acrescentavam, é em Portugal, num Portugal «modificado», que eles deverão trabalhar — aceitavam que os seus filhos ficassem no estrangeiro, mas somente o tempo necessário à sua educação; 22,8 % não aceitavam a ideia de que os filhos ficassem no estrangeiro, não só porque não gostam da França, onde os jovens têm «demasiada liberdade», e são portanto um mau exemplo, mas também porque não querem que eles sofram como eles próprios os efeitos da emigração.

Em resumo, 44,7 % dos entrevistados opunham-se à ideia de que os seus filhos se instalassem no estrangeiro.

Finalmente, e como era do nosso conhecimento que os emigrantes tinham obrigatoriamente contactos periódicos com as autoridades francesas ou alemãs<sup>32</sup>, perguntámos-lhes o que pensavam dos mesmos, a fim de obter elementos complementares acerca das suas relações com a sociedade local.

Ao lado dos 13,2 % que não responderam, 53,3 % declararam ser bem tratados; 6,2 % achavam que não eram nem bem nem mal tratados e que isso dependia muito do grau de conhecimento da língua local, assim como, «obviamente», dos funcionários que os atendiam; 4,4 % disseram que no consulado português é que eles não eram bem tratados. Finalmente, 19,3 % consideram-se muito maltratados, como se fossem «gado».

Nota-se, pois, que uma forte percentagem dos emigrantes da amostra se declararam satisfeitos com o acolhimento das autoridades locais. Mas aqui permitimo-nos emitir a mesma reserva que fizemos atrás acerca da opinião dos emigrantes sobre os franceses ou alemães no trabalho.

### C. PROJECTOS DE FUTURO

Antes de analisar «os projectos de futuro», parece-nos importante um relance sobre as opiniões que os operários tinham acerca da emigração em geral e, em particular, da sua vida profissional no estrangeiro.

Um emigrante em cada dois exprime dificuldade em se habituar ao trabalho industrial no estrangeiro. Esta dificuldade é devida, segundo eles, à ignorância da língua (3,5 %), à duração do tempo de trabalho e à fadiga daí consequente (14 %) e à exploração de que se sentem vítimas (24,8 %) <sup>33</sup>.

Quanto à outra metade (40,6 %), que nos declarou não ter tido dificuldade de habituação ao trabalho industrial, as razões invocadas foram as seguintes: o conhecimento do tipo de trabalho — por já o terem executado em Portugal, ou por terem feito uma aprendizagem em França —, um certo conhecimento do francês ou do alemão à chegada e a dureza do trabalho e da vida em Portugal <sup>34</sup>.

Quando lhes perguntámos se lamentavam ter emigrado, a maior parte (78 %) respondeu-nos que não; os restantes deram-nos um certo número de razões pelas quais lamentavam ter emigrado: a dificuldade de compreensão dos Franceses ou dos Alemães por causa da língua, a ausência da família, as condições do alojamento, os horários, os transportes, etc.

Por outro lado, a proximidade destes países, bem como os meios financeiros de que dispõem bastantes dos emigrantes entrevistados, permitem-lhes efectuar viagens a Portugal com bastante regularidade e, deste modo, manter os laços com o seu país, o que os ajuda a conservar a esperança de um dia poderem regressar definitivamente à sua terra, conforme se pode verificar através do quadro n.º 19.

---

<sup>32</sup> Estes contactos ocorrem nas perfeiuras da polícia para obter a renovação das autorizações de estadia e das cartas de trabalho.

<sup>33</sup> 8 % dos entrevistados não responderam a esta questão.

<sup>34</sup> Esta resposta foi dada por quase todos.

[QUADRO N.º 19]

| Vindas a Portugal                                | Percentagem |
|--------------------------------------------------|-------------|
| Nunca vieram a Portugal ... ..                   | 17,6        |
| Vieram a Portugal só uma vez ... ..              | 10,5        |
| Vieram a Portugal de dois em dois anos ... ..    | 26,3        |
| Vieram a Portugal uma vez por ano ... ..         | 21          |
| Vieram a Portugal mais de uma vez por ano ... .. | 24,6        |

Por outro lado, *os envios de dinheiro para Portugal* podem constituir um indicador válido do projecto de futuro. Na nossa amostra, 41,2 % enviavam regularmente dinheiro para Portugal, 34,2 % (dos quais 54 % têm a sua família junto deles) enviavam irregularmente e 15,8 % (dos quais 69 % têm a respectiva família junto de si) não enviavam qualquer quantia.

Um grande número de emigrantes entrevistados, isto é, 36 %, esperavam ficar menos de 5 anos no estrangeiro, 19,8 % esperavam ficar mais de 5 anos, 17 % desejavam ficar até à reforma, 15,3 % desejavam voltar logo que isso se tornasse possível e 2,7 % desejavam emigrar para outros países.

O mesmo será dizer que a maior parte (75,5 %) preferia ficar no estrangeiro ainda durante alguns anos, pelo menos.

Também será de notar que todos os jovens (18) em idade de serviço militar desejavam ficar no estrangeiro pelo menos durante 5 anos.

Perguntámos aos emigrantes que salário desejariam ganhar em Portugal para poderem voltar. Naturalmente que as somas indicadas são aleatórias, na medida em que muitos ignoram a exactidão do custo de vida nas regiões de Portugal donde são naturais. Contudo, vamos dar um resumo dos cálculos que nos indicaram. Para muitos, os salários indicados pressupõem a existência, *a priori*, duma fonte de rendimentos, quer porque eles pensam poder cultivar as suas terras, quer porque não pensam em pagar qualquer renda de casa por, entretanto, se terem tornado proprietários duma habitação.

Obtivemos os seguintes resultados:

[QUADRO N.º 20]

| Salários desejados                            | Percentagem |
|-----------------------------------------------|-------------|
| Não responderam ... ..                        | 11,7        |
| Salário mensal de 4 000\$00- 5 000\$00 ... .. | 44,1        |
| Salário mensal de 5 000\$00- 7 000\$00 ... .. | 31,5        |
| Salário mensal de 7 000\$00- 9 000\$00 ... .. | 8,1         |
| Salário mensal de 9 000\$00-11 000\$00 ... .. | 4,5         |

Pensamos que a emigração permite ao operário, num primeiro estágio, restabelecer o equilíbrio do seu orçamento. Em seguida, as condições esta-

rão reunidas para que ele possa tentar deslocar-se verticalmente na escala social.

Uma das consequências imediatas consiste numa modificação de certos hábitos — como os de consumo — e na preocupação de adoptar os sinais exteriores de prestígio que caracterizam a pequena e média burguesia, tais como, por exemplo, a possibilidade de exhibir um automóvel ou «trinta pares de calças» (como nos confiou um jovem operário) durante as férias em Portugal.

Um outro sinal de «sucesso» será a aquisição de terras sem grande valor económico, dada a ausência de pessoas para as cultivar, mas que têm um grande valor social<sup>35</sup>.

Outra consequência ainda será a de que aceitarão com dificuldade a ideia de retomar, de regresso a Portugal, uma situação profissional semelhante à que tinham antes de emigrarem.

Poucos desejaram trabalhar de novo como operários agrícolas e a maior parte deles procurarão trabalhar por conta própria ou desejaram ser patrões. Todavia, para alguns deles, os postos de trabalho na indústria revestem-se de um certo prestígio, sobretudo para aqueles que trabalham em indústrias modernas e que poderão regressar a Portugal com um «saber fazer» e uma experiência que desejaram conservar e desenvolver.

Os resultados do nosso inquérito vêm ao encontro destas hipóteses.

Com efeito, aqueles são os seguintes: 38,5 % dos emigrantes entrevistados gostariam de trabalhar como operários da construção civil, das obras públicas ou da metalurgia, ou ainda como camionistas de longo curso (profissão que pensamos poder, de certo modo, aproximar-se das anteriores); 35 % gostariam de ser patrões ou agricultores independentes, ou então comerciantes, mas sobretudo ligados à exploração de restaurantes; 3,5 % gostariam de não fazer nada e de viver dos rendimentos dos depósitos bancários, ou do cultivo das suas terras e de ter uma casa própria<sup>36</sup>.

No nosso estudo pensámos que as questões sobre os projectos de futuro dos emigrantes deviam ser completadas com uma pergunta sobre o que pensavam individualmente do futuro de todos os emigrantes.

Partimos da hipótese de que uma especulação sobre o futuro do grupo nacional se traduziria pela projecção das esperanças ou dos receios individuais.

Sobre o futuro dos emigrantes portugueses obtivemos as seguintes respostas: 42,1 % pensavam que, mais cedo ou mais tarde, os operários portugueses serão obrigados a voltar para Portugal em consequência da conjuntura económica; 20,2 % pensavam que haverá possibilidade de prolongar a estadia; 2,6 % pensavam que, perante uma conjuntura desfavorável, a solução será a de os Portugueses emigrarem para outras regiões do mundo<sup>37</sup>. Parece-nos, pois, que estes resultados demonstram bem a existência de um estado de espírito pessimista, ou, antes, de um «sentimento de insegurança», que o gueto e a «marginalidade social» poderão ajudar a explicar.

---

<sup>35</sup> Assim como, noutro sentido, o desejo que têm que os filhos possam estudar até serem «doutores»...

<sup>36</sup> 21,9 % não responderam.

<sup>37</sup> 35,1 % dos emigrantes ficaram embaraçados com esta pergunta e não nos responderam.

## VI

### CONCLUSÃO

Neste estudo procurámos seguir os itinerários profissionais dos trabalhadores emigrantes portugueses nos sectores da construção civil, das obras públicas e da metalurgia. Procurámos relacionar as suas condições de vida com o modo como eles se acomodam ou mesmo «se adaptam» à sua vida nova no estrangeiro. Tentámos seguir e compreender a evolução do seu projecto de futuro.

Visto que a amostra era essencialmente composta por antigos trabalhadores agrícolas, o objecto central do nosso estudo foi o de tentar apreender a relação existente entre a sua «adaptação» à sociedade urbana e capitalista estrangeira e a «satisfação» que eles retiravam da sua actividade profissional na indústria.

Dada a dimensão da amostra (114 operários), é evidente que as conclusões a que chegámos não podem senão indicar tendências de comportamento da população portuguesa emigrada em França e na República Federal da Alemanha.

Detectámos uma situação de marginalidade da maior parte dos entrevistados, não se encontrando, porém, neste caso os jovens que começam a abandonar uma «atitude de passividade», de «resignação», para passarem a uma fase de «identificação operária».

Nessa situação de marginalidade, os emigrantes portugueses vêem no estrangeiro a solução do presente, embora vejam em Portugal a única solução para períodos de crise, o que também explica, em particular, o investimento de poupanças em Portugal, mesmo que isso não seja feito com a exclusiva preocupação de um rendimento económico, mas social<sup>38</sup>.

Começa-se, porém, a notar uma tendência para investirem no estrangeiro, quer através de compra de apartamentos ou de vivendas, quer, simplesmente, através de depósitos bancários.

De resto, os problemas dos filhos — de ordem escolar e linguística —, acrescidos da perspectiva duma reforma para muitos deles, levam-nos a prolongar cada vez mais a sua estadia, o que originará, assim o pensamos, a possibilidade de fixação da nova geração no estrangeiro.

Se bem que marginais, a maior parte destes emigrantes encontram-se compensados<sup>39</sup> no seio do seu grupo nacional e tenderão — graças à realização dos seus desejos imediatos e mediatos (por exemplo, a posse de bens em Portugal, que eles nunca poderiam ter imaginado sem a emigração) — para uma certa integração, sobretudo ao nível da segunda geração.

Um elemento desta tendência para a integração é a «satisfação» na profissão que exercem.

Esta «satisfação» será acompanhada por uma identificação progressiva com a estrutura técnica e social do aparelho industrial, isto é, verifica-se uma passagem progressiva do quadro conceptual individualmente clássico «passivo» para a adopção de normas de participação e, consequentemente,

---

<sup>38</sup> Cf. aquisição de terras que não podem ser cultivadas, mas que poderão vir a sê-lo, assim como a compra de casas.

<sup>39</sup> Com excepção daqueles que não conseguiram pagar o «necessário preço» psicológico e que representam uma fracção que não deve ser desprezada.

para uma atitude «activa» perante os desafios da sociedade na qual vivem e trabalham.

Contudo, estamos convencidos de que o trabalhador emigrante português está consciente de que o seu papel na sociedade francesa/alemã consiste em exercer as actividades mais duras, «sujas» e perigosas, o que ele aceita em nome de uma estabilidade imediata e da possibilidade de esboçar projectos para o futuro.

Mas aceitará a nova geração este preço? É uma questão que fica para nós em aberto e cuja resposta está em grande medida ligada ao futuro da emigração portuguesa.

Como conclusão, pensamos que a «satisfação» no trabalho industrial está em estreita relação com a «adaptação» à sociedade urbana e capitalista estrangeira, o que, com excepção dos mais jovens, que começam a sua vida profissional e ligam o seu futuro às possibilidades de promoção que lhes oferece a indústria, é, para a maioria, muito relativa. Pressupõe uma certa estabilidade, a qual os emigrantes receiam não seja senão provisória, tal como se tivessem uma espada de Dâmoques suspensa sobre as suas cabeças, a temida expulsão...

## BIBLIOGRAFIA

### Estatísticas

*Anuário Demográfico*, I. N. E., 1972.

*Boletim Anual do Secretariado Nacional da Emigração*, 1972.

### Livros, artigos e relatórios

- I — ALMEIDA, Zulmiro de: «Aspects psycho-sociaux et psychopathologiques de la transplantation», in *La santé des migrants*, Ed. Droit et Liberté, Paris, 1972.
- II — BASTIDE, Roger: *Sociologia das Doenças Mentais*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1968.
- III — CLINTON e DAVIS: *The self-concept*, University of Nebraska Press, 1961.
- IV — DESCLOITRES, Robert: *Le Travailleur étranger, son adaptation au travail industriel et à la vie urbaine*, O. C. D. E., 1967.
- V — FERNANDEZ, Carlos: *Enquête sur les attitudes et comportements de la main d'œuvre dans l'industrie du bâtiment et des travaux publics*, estudo policopiado B. R. A. E. C., Paris, 1967.
- VI — DESCLOITRES, Robert: *Le Travailleur étranger, son adaptation au travail*
- VII — KARPIK, Lucien: «Attentes et satisfaction au travail», in *Sociologie du Travail*, 4, 8.º ano, Outubro/Dezembro de 1966, Ed. du Seuil, Paris, pp. 384-416.
- VIII — LEWIN, Kurt: *Field theory in social science*, Ed. Harper Torchbooks, N. Y., 1964.
- IX — *Adaptation et formation de la main d'œuvre des régions rurales au travail industriel*, Ed. O. C. D. E., 1962.
- X — PAIN, Charlotte: «L'accueil et le logement de la main d'œuvre étrangère en France», in *La santé des migrants*, Ed. Droit et Liberté, Paris, 1972.
- XI — ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz: *Immigrés Portugais*, Lisboa, I. S. C. S. P. U., 1973.
- XII — SCHELSKY, Helmut, HEERE, W. R., e MOULIN, Leo: «Sociologie», in *Encyclopédie Universelle Marabout*, n.º 5, Ed. Gérard et Cie. Verviers, 1962.
- XIII — VAILLAND, Roger: *325 000 francs* (romance)
- XIV — VIGUIER, Marie Claire: *Les travailleurs portugais dans la région toulousaine*, Centre de Sociologie de la Main-d'œuvre, Université de Toulouse, 1970.
- XV — VISOR: «Emigração» in suplemento *Técnica e Civilização* do jornal *República*, n.º 15-226, de 4 de Setembro de 1973.
- XVI — *La migration des ressortissants des départements d'outre-mer — aspects médicaux et psycho-sociologiques*, mesa-redonda, Ed. Ideric, estudos preliminares, Nice, 1972.